

Comissão exige o

ANC 88

Pasta Jan/Jul 86

036

Ass. Constituinte

Política

Jornal de Brasília

fim do colonialismo

Rio — Condenar todas as formas de competição armamentista, a afirmação da paz, a proscrição da tortura e do colonialismo e, ainda, a defesa do princípio da força maior nas relações internacionais foram as principais conclusões no capítulo de organização internacional e declaração de direitos a que chegou, ontem, o comitê temático n.º 1, da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais.

Uma outra proposição importante é a que prevê a incorporação dos tratados, acordos e declarações internacionais à ordem interna, desde que ratificados pelo Congresso Nacional. Segundo o professor Cândido Mendes, secretário do comitê, este é um passo importante, porque tem o sentido de vincular a ordem brasileira à ordem internacional, "como se pede nesta virada do milênio".

Também na declaração de direitos, reconheceu-se a importância de que a integridade física fosse preservada a ponto de se considerar a tortura como crime inaniável e imprescritível. Entendeu ainda o comitê que o problema da inviolabilidade da pessoa, da liberdade individual não se estende apenas ao lar, mas também, quanto à possibilidade de ela ser exposta à propaganda, havendo ainda uma reserva de intimidade, que não pode ser prejudicada, segundo Cândido Mendes, por telecensores ou teleobjetivas. Nessa defesa da intimidade, defendendo o acesso a todos os registros informáticos, foi sugerida a figura do *habeas data*, que do ponto de vista da imagem da pessoa equivale ao *habeas corpus*. Com isso, todos terão o direito de conhecer a sua ficha nos registros do Serviço Nacional de Informações e utilizar os "remédios processuais" para corrigi-lo, caso sejam inexatas as anotações.

Defesa

O comitê de defesa do Estado, da Comissão Provisória para Estudos Constitucionais, está estudando proposta de criação do Ministério da Defesa Nacional, para estabelecer a coordenação entre as três Forças Armadas. Segundo o cientista político Hélio Jaguaribe, mentor da ideia e integrante do comitê, é indispensável a presença de um ministro civil no Ministério para desvincular as rivalidades militares, consideradas por Jaguaribe naturais dentro das corporações.

Jornada

O comitê sobre ordem social, da Comissão de Estudos Constitucionais, que está reunido no Rio, aprovou ontem pela manhã a redução da jornada de trabalho de 48 horas para 40 horas semanais. A comissão foi criada pelo Governo para propor um anteprojeto de constituição ao futuro Congresso e encerrou os trabalhos ontem.

Para o empresário Antônio Ermírio de Moraes, que teve o seu voto vencido, vai ser muito difícil competir com outros países que trabalham mais que o Brasil. Segundo ele, um País sem condições de competir no mercado internacional corre o risco da recessão e de desemprego e, conseqüentemente, da marginalidade.

Explicou que o mercado interno brasileiro é pequeno e apenas 15 a 20 por cento da Produção vão para o mercado externo.

Antônio Ermírio de Moraes advertiu que se o Brasil não tiver condições satisfatórias para competir no mercado externo, haverá uma brutal recessão, com desemprego em massa.

Além da jornada de trabalho, o comitê aprovou, também outras sugestões, como o direito do trabalhador a um salário real, não corroído pela inflação; a fixação da idade mínima para o trabalhador aos 14 anos (atualmente é de 12); estabilidade no emprego e indenização por despedida sem justa causa, ao invés do fundo de garantia por tempo de serviço; liberdade de autonomia sindical; e o direito a greve.

— A comissão sugere que se deve isentar os aposentados (trabalhadores e servidores civis e militares) do pagamento de impostos, taxas e contribuições. Seus proventos, segundo a comissão deverão ser reajustados dentro das mesmas condições e épocas das categorias em atividade.

Aos aposentados serão asseguradas isenções fiscais sobre os proventos e sobre a atividade que vierem a desenvolver no mesmo ramo em que se aposentaram, desde que ministrem, nesta tarefa, seus conhecimentos de ofício ou de profissão.

A comissão garantiu, ainda, aos deficientes físicos, a melhoria de sua condição social e econômica. Terão educação especial e gratuita. Ficam, também, proibidas quaisquer discriminações contra os deficientes, quanto a admissão ao trabalho ou ao serviço público, sem prejuízo de salários.

Transplantes

O transplante de órgãos humanos, diante de sua complexidade, foi a questão mais discutida, durante a reunião de ontem, do subcomitê sobre meio-ambiente, saúde e ciência e tecnologia, da comissão provisória que trata de subsídios a nova constituição. Segundo o coordenador do comitê de educação, ciência e comunicações, professor Eduardo Portela, a prévia declaração para o transplante é muito difícil, "porque ninguém aceita a ideia da morte".

— Outro assunto, longamente debatido, no decorrer da reunião foi a questão das comunicações, quando foi sugerida a criação do conselho de comunicação social, a ser presidido pelo "defensor do povo", que é uma figura ainda não consagrada no Brasil, porém muito conhecida em vários países — como assinalou Eduardo Portela.

Sugestões

O professor Afonso Arinos, presidente da Comissão de Estudos Constitucionais, encaminhou ofício ao presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Moreira Alves, solicitando sugestões e subsídios da Corte para reforma do Poder Judiciário na nova constituição.

O Supremo Tribunal Federal constituiu comissão, composta pelos ministros Djaci Falcão, Oscar Correa e Sidnei Sanches, incumbida de colher contribuições de todos os tribunais do País.